

14/11/2015

Estadão On Line

À PF, Filho de Lula não soube explicar contratos com valores absurdos, diz revista

14/11/2015

Empresa de Mauro Marcondes fez repasses à LFT Marketing Esportivo, de Luís Cláudio, que teria recebido R\$ 2,4 milhões

BRASÍLIA - Em depoimento à Polícia Federal, o empresário Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o lobista Mauro Marcondes, da consultoria Marcondes & Mautoni, não conseguiram esclarecer os contratos entre a empresa do filho do ex-presidente e a consultoria, de acordo com reportagem da revista Época . Segundo a revista, é como se um não soubesse por que pagou e outro não soubesse por que recebeu .

Marcondes optou por ficar em silêncio em boa parte de seu depoimento e não soube explicar como escolheu a empresa do filho de Lula. Ele, entretanto, admitiu que sabia que o valor pago pelo serviço era absurdo . Segundo o empresário, um estagiário de sua empresa fez uma pesquisa superficial de preços antes de contratar Luís Cláudio. Ele constatou que eram (valores) absurdos , disse Marcondes no depoimento, de acordo com a revista.

Apesar da constatação de valores absurdos , empresa de Marcondes fez repasses à LFT Marketing Esportivo, aberta em março de 2011 por Luís Cláudio, que teria recebido R\$ 2,4 milhões. O filho do ex-presidente é alvo da Operação Zelotes, que apura esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda.

Luís Cláudio declarou à Polícia Federal que prestou serviços à Marcondes & Mautoni nos anos de 2014 e 2015 e, por isso, recebeu os valores que foram contratados . Marcondes & Mautoni está sob suspeita de compra de Medidas Provisórias para favorecer o setor automotivo.

Em seu depoimento, de acordo com a revista, Luís Cláudio não apresentou relatórios que comprovassem os serviços prestados. À Polícia Federal, ele disse que produziu relatórios e que ficou com cópias, mas que havia entregue a seus advogados depois da reportagem de O Estado de S. Paulo revelar a ligação de Luis Cláudio e Marcondes, suspeito de comprar medidas provisórias editadas entre 2009 e 2013 para favorecer montadoras, por meio de incentivos fiscais. Em 26 de outubro Marcondes foi preso.

Defesa. O advogado de Luís Cláudio, Cristiano Zanin Martins, publicou uma nota na qual reafirma a experiência de seu cliente na área esportiva, critica o vazamento de documentos, diz que a revista manipula as informações contidas no depoimento . Segundo ele, não é verdade que Luís Cláudio tenha dito à PF que nunca havia feito um projeto parecido ao que entregou à Marcondes & Mautoni . A afirmação que consta no depoimento vazado à revista é que o trabalho entregue ao contratante foi original, pois não havia sido feito anteriormente para outro cliente, considerando que o objeto do estudo se dá em situação nova para o próprio País, caso da preparação do Brasil para os megaeventos, como a

Olimpíada de 2016, onde conta a experiência dos demais países na execução desse tipo de evento , explica Martins.

Segundo o advogado, o filho do ex-presidente esclareceu em seu depoimento que todos os serviços prestados à Marcondes & Mautoni e, no dia seguinte, entregou à Polícia Federal, por intermédio de seus advogados, todos os contratos firmados com tal empresa e, ainda, todos os materiais relativos aos trabalhos realizados. A própria revista confirma que também no caso dos contratos estes foram vazados , diz.

De acordo com Martins, os relatórios produzidos atestam a entrega do trabalho previsto em contrato e está no plano da contabilidade da empresa, disponível aos órgãos competentes.

Reiteramos nosso repúdio a qualquer tentativa de manipulação de documentos vazados de uma investigação policial na qual Luís Cláudio já prestou todos os esclarecimentos e afastou qualquer ligação com os possíveis ilícitos investigados , diz o defensor.

ORM - News

PF apura vazamento de depoimento do filho de Lula

14/11/2015

Ministro da Justiça acatou pedido da defesa de Luis Cláudio Lula da Silva

Cristiano Zanin Martins

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, determinou que a Polícia Federal (PF) apure o suposto vazamento do depoimento do empresário Luis Cláudio Lula da Silva - filho mais novo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva - nas investigações da Operação Zelotes, informou a assessoria da pasta.

Cardozo ordenou a investigação após a defesa de Luis Cláudio protocolar nesta sexta-feira (13) uma representação solicitando que fosse averiguado o possível vazamento das informações prestadas pelo empresário aos policiais federais no dia 4 de novembro.

De acordo com a assessoria do Ministério da Justiça, o titular da pasta ordenou que, após apurar a denúncia, a Polícia Federal preste esclarecimentos ao gabinete do ministro para que sejam tomadas as providências cabíveis .

No final de outubro, três empresas de Luís Cláudio foram alvo de ações de busca e apreensão da PF na mais recente fase da Operação Zelotes, que investiga um suposto esquema de corrupção que atuava no Conselho de Administração da Receita Federal (Carf), órgão ligado ao Ministério da Fazenda.

Segundo as investigações, a LFT - uma das empresas de Luís Cláudio - recebeu pagamentos do escritório Marcondes e Mautoni, investigado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público por ter atuado de forma supostamente ilegal pela aprovação da MP 471, que beneficiou o setor automotivo.

Em 27 de outubro - dia em que Lula completou 70 anos -, Luís Cláudio foi intimado a depor à Polícia Federal para esclarecer as suspeitas de que uma empresa dele recebeu propina do esquema de corrupção que atuava no Carf.

Leia a íntegra da nota divulgada pela defesa de Luís Cláudio Lula da Silva:

NOTA

Os advogados de Luis Cláudio Lula da Silva protocolaram hoje (13/11) representação dirigida ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, com a finalidade de pedir que seja investigado possível vazamento de documentos relativos ao IPL nº 1424/2015-5 SR/DFF/DF, que tramita perante a Polícia Federal

de Brasília (DF). Para ter acesso ao referido IPL, os advogados necessitam de identificação e verificação se possuem instrumento de procuração nos autos.

O art. 43, inciso II, da Lei nº 4.878, de 03 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o regime jurídico peculiar dos funcionários policiais da União e do Distrito Federal", estabelece que configura transgressão disciplinar "divulgar, através da imprensa escrita, falada ou televisionada, fatos ocorridos na repartição, propiciar-lhes a divulgação, bem como referir-se desrespeitosa e depreciativamente às autoridades e atos da administração".

A medida foi tomada após os advogados terem recebido, às 17h06min desta sexta-feira, perguntas de uma repórter da revista Época que denotam o vazamento acima referido.

A Desembargadora Neuza Alves, Vice-Presidente do TRF1, proferiu decisão no último dia 06/11 para acolher pedido dos advogados de Luis Cláudio e assegurar o sigilo do material apreendido pela Polícia Federal em seu escritório, registrando, ainda, que tal medida extrema ocorreu em "flagrante desproporcionalidade".

Repudia-se, assim, qualquer tentativa de manipulação de documentos vazados de uma investigação policial na qual Luis Cláudio já prestou todos os esclarecimentos e afastou qualquer ligação com os possíveis ilícitos investigados.

G1

Dois presos da Zelotes iniciam negociação para delação premiada

14/11/2015

Por meio de advogados, dois dos seis presos da Operação Zelotes procuraram investigadores da Força Tarefa para aderir ao instituto de delação premiada, negociação que foi iniciada.

Segundo o Blog apurou, os presos são Alexandre Paes dos Santos, o APS, e Mauro Marcondes, relacionados na investigação como envolvidos na suposta fraude de decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado ao Ministério da Fazenda.

Além das suspeitas de que Santos e Marcondes negociavam decisões no Carf - o Conselho é o alvo principal da operação - os investigadores apontam que os dois acusados atuavam em pagamentos de propina em troca de medidas provisórias para beneficiar o setor automotivo.

Os presos da Zelotes sofreram derrotas no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF) ao entrarem com pedido de habeas corpus, o que, para investigadores, pavimentava a disposição para a colaboração. Desde o dia 26 de outubro, quando foi deflagrada a operação, eles estão na prisão - ou seja, há quase vinte dias.

As delações podem ser uma ajuda importante para que os investigadores possam rastrear o caminho do suposto pagamento feito em troca da redução ou mesmo anulação de dívidas tributárias, apontado como um dos maiores desafios da Força Tarefa, que inclui Ministério Público, Polícia Federal, Receita Federal e Corregedoria do Ministério da Fazenda.

O escritório de advocacia de Marcondes, o Marcondes e Mautoni, fez pagamento à LFT Marketing Esportivos, de Luis Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente

Lula, no valor de R\$ 1,5 milhão. A empresa é investigada na operação e a Polícia Federal realizou busca e apreensão em sua sede .

Os advogados da LFT negam o envolvimento e afirmam que o escritório foi contratado como prestadora de serviço e executou projetos devidamente entregues. Após pedido da defesa de Luis Cláudio, o TRF 1 decretou sigilo dos documentos apreendidos na LFT.

16/11/2015

Jornal do Senado - DF

Congresso se reúne amanhã para votar vetos

16/11/2015

Realização da sessão é fundamental para limpar a pauta e permitir a análise da LDO e da Lei Orçamentária de 2016. A pauta inclui 13 itens vetados pela presidente Dilma

O Congresso Nacional se reúne amanhã, às 19h, para analisar os vetos da presidente Dilma Rousseff. Há 13 vetos presidenciais na pauta à espera de votação, sendo 6 destaques pendentes da última sessão, realizada no dia 22 de setembro, e 7 vetos incluídos nas últimas semanas.

Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, a realização da sessão é fundamental para limpar a pauta de votações e possibilitar a análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária de 2016.

O item mais polêmico é o veto (VET 26) que rejeita integralmente a proposta de aumento de até 78,56% para os servidores do Judiciário. O governo a vetou sob o argumento de que a medida geraria impacto financeiro contrário aos esforços para o equilíbrio fiscal - a estimativa é de que custaria aos cofres públicos R\$ 36,2 bilhões até 2019.

Também sem acordo está o veto (VET 29) à correção dos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de acordo com as regras aplicadas ao salário mínimo, ou seja, levando em conta a inflação acumulada e o crescimento da economia. Os cálculos são de que a mudança aumentaria em R\$ 11 bilhões as despesas federais até 2019.

Na pauta, estão ainda os vetos que rejeitaram a dedução de Imposto de Renda para gastos com livros por professores e seus dependentes, a redução dos cursos com taxas e multas em terrenos da marinha, o refinanciamento de dívidas fiscais e trabalhistas de clubes de futebol, a alíquota diferenciada de contribuição patronal na folha de pagamento para o setor têxtil, a apreensão de veículos em caso de infração de trânsito e as mudanças nas regras de contratos de refinanciamento de dívidas entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

Projetos de lei A pauta inclui sete projetos de lei que, por terem origem em comissões mistas, são submetidos à análise dos parlamentares em sessões conjuntas.

Um deles é o PLN 2/2015, que destina R\$ 368,26 milhões para pagamento de benefícios aos cerca de 10 mil aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social - o fundo de pensão dos ex-empregados da Varig e da Transbrasil. A dívida é decorrente de execução provisória requerida pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas e pela Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas da Transbrasil em 2004.

Por sua vez, o PLN 3/2015 cria uma gratificação para os representantes dos contribuintes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da

Fazenda (Carf). O valor apresentado no projeto para cobertura da despesa com a gratificação dos conselheiros é de R\$ 5.662.640.

O terceiro projeto é o PLN 4/2015, que possibilita o uso dos restos a pagar decorrentes de anos anteriores a 2014 para emendas individuais, no cumprimento da execução financeira referente ao chamado orçamento impositivo.

Instituído pela Emenda Constitucional 86, o orçamento impositivo obriga o governo a executar todas as emendas incorporadas à lei orçamentária pelos congressistas. A proposta altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015.

Complementando a pauta, os PLNs 8 e 9/2015 abrem nos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, em favor de diversos órgãos federais, crédito especial e suplementar no valor de R\$ 5.060.000 e de R\$ 6.050.000, respectivamente.

Já o PLN 18/2015 abre crédito especial de R\$ 120 milhões em favor do Ministério da Justiça, enquanto o PLN 32/2015 abre crédito suplementar no valor de R\$ 331.755.228, para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente.

O crédito será no orçamento fiscal da União, destinando-se a transferências a estados, Distrito Federal e municípios.

Após votação dos vetos, os parlamentares podem votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária de 2016. A Comissão Mista de Orçamento aprovou na quinta o projeto da nova Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orienta o Congresso Nacional e os demais Poderes a elaborar a proposta orçamentária de 2016.

Pelo texto aprovado, a meta de superavit primário do próximo ano será de R\$ 43,8 bilhões para o conjunto do setor público (União, estados, Distrito Federal e municípios), o equivalente a 0,7% do PIB.

Para a União, o superavit será de R\$ 34,4 bilhões (0,55% do PIB). Para os demais entes, de R\$ 9,4 bilhões (0,15% do PIB). O projeto será votado no Plenário do Congresso.

CPI convoca para quinta-feira empresário e ex-conselheiro do Carf

16/11/215

A CPI que investiga irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) reúne-se na quinta-feira (19), às 9h, para ouvir o depoimento dos empresários Alexandre Paes dos Santos e José Ricardo da Silva. Os dois são proprietários da empresa Davos Energia Ltda. Eles tiveram prisão preventiva decretada em 26 de outubro, na 3ª fase da Operação Zelotes da Polícia Federal, que investiga lobby e corrupção na compra de medidas provisórias para favorecer o setor automobilístico.

No requerimento de convocação de Alexandre Paes dos Santos, o senador José Pimentel (PT-CE) afirma que, segundo informações da imprensa, relatórios da Polícia Federal apontam a Davos como uma empresa de fachada, criada para participar do esquema de corrupção no Carf. Para o senador, o desvio de recursos públicos "se configura motivo bastante para justificar o requerimento como forma de contribuir para a eficiência dos trabalhos da CPI".

José Ricardo Silva é ex-conselheiro do Carf, além de sócio da Davos, da SGR Consultoria e da J.R Silva Advogados e Associados. Segundo o senador Randolfe

Rodrigues (Rede-AP), autor de requerimento de convocação de José Ricardo Silva, a SGR é, possivelmente, empresa de fachada, criada para dissimular a realização de negociações com empresas que sofreram autuações milionárias da Receita Federal, de modo a anular ou atenuar drasticamente sanções fiscais de alta monta aplicadas. A J.R Silva Advogados, como observou Randolfe, é apontada como peça-chave no esquema de corrupção no Carf e no lobby feito, em 2009, para aprovação de medida provisória que beneficiou montadoras de veículos.

O senador Ataídes Oliveira (PSDB -TO), presidente da CPI, também autor de requerimento para convocar o empresário, ressaltou que as primeiras denúncias que deram origem à Operação Zelotes, da Polícia Federal, tinham exatamente o ex-conselheiro José Ricardo Silva como alvo, com a descrição de casos em que ele teria atuado como conselheiro ou como consultor, para livrar empresas de autuações multimilionárias.